



BOLETIM 155

Brasília, 1º de julho de 2016

Frente Parlamentar vai ao STF contra a DRU na Previdência

Entidades e parlamentares que compõem a Frente em Defesa da Previdência Social irão ingressar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir que a Desvinculação de Receitas da União (DRU) possa retirar recursos das contribuições sociais. A frente irá organizar as informações jurídicas para apresentar a ação no STF em 14 de julho, quando será feito um grande ato contra a DRU, em frente ao Supremo.

Parlamentares se reúnem com dirigentes da ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil) para organizar a ação assim como a preparação das próximas atividades de mobilização contra a reforma da Previdência.

A DRU, que está em tramitação no Senado, permite ao governo realocar para qualquer fim 30% dos recursos do orçamento que teriam uma destinação pré-estabelecida. Se for aprovada, a DRU poderá retirar um montante de R\$ 120 bilhões por ano dos recursos destinados a programas sociais, saúde e da previdência, denuncia a Frente em Defesa da Previdência.

O mecanismo valeria até 2023, e é na verdade uma reedição de uma proposta que teve a validade vencida em 2015. O projeto de prorrogação foi enviado ao Congresso no ano passado pela presidente Dilma Rousseff. Desde que



foi criada, em 1994, a DRU tem sido usada sistematicamente para desviar recursos para o superávit primário. Segundo estudo feito pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais (Conasems), nos últimos dois anos foram desvinculados mais de R\$ 63 bilhões por ano.

Como confirma o idealizador da DRU durante o governo Itamar Franco, o economista Raul Velloso, em entrevista ao jornal Brasil Econômico, “desde sempre, a DRU serviu para que as contas públicas não piorassem ainda mais”. Ou seja, prioridade ao pagamento de juros em detrimento de programas sociais ou a saúde da população.

De acordo com a ANFIP, essa medida desmente a máxima de que a “Previdência é extremamente deficitária”, já que vai retirar dinheiro da Seguridade Social. Para a entidade, iniciativas como a da Frente Parlamentar Mista geram “um importante momento para discussão das inúmeras tarefas e dos muitos desafios colocados para a Seguridade, sempre postergados pelo argumento de falta de recursos. Nada mais falso diante de dezenas de bilhões subtraídos da Seguridade anualmente”.

Ainda de acordo com o estudo Análise de Seguridade Social, a ANFIP demonstra que o sistema é viável e que o superávit é recorrente, como o ocorrido em 2014, que registrou uma conta positiva de R\$ 54 bilhões. Mas o governo federal, de forma inconstitucional, desrespeita o artigo 195

da constituição, que considera que a Previdência e seu consequente custeio fazem parte de um sistema integrado da seguridade social, cujos tributos Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o PIS/PASEP são as fontes de renda.

Paulo Paim, durante a reunião da Frente, destacou ser “extremamente necessária a participação de todos os cidadãos para sensibilizarmos os ministros do STF a se posicionarem a favor da Previdência Social. A sociedade precisa saber sobre a farsa do déficit previdenciário”, ressalta.

Com apoio da ANFIP, a frente parlamentar iniciou um cronograma de debates em todas as regiões do país. O evento já aconteceu em Florianópolis (SC) e Porto Alegre (RS) e a próxima audiência está marcada para 8 de julho em Vitória (ES).

Fonte: Comunicação CONTRICOM

SP: desemprego atinge 1,9 milhão de pessoas

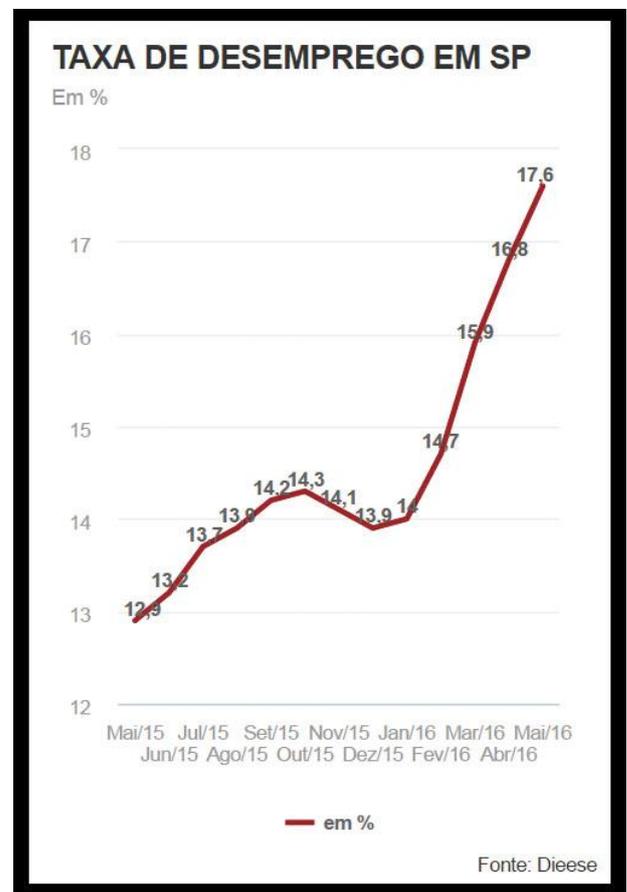
O desemprego na região metropolitana de São Paulo já atinge quase 2 milhões de pessoas, segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgada na quarta-feira, 29.

O total de desempregados em maio foi estimado em 1,977 milhão de pessoas, 109 mil a mais que em abril. O número significa que a

desocupação atingiu, no quinto mês do ano, 17,6% da população economicamente ativa, 0,8 ponto percentual a mais que o total de abril (16,8%).

Entre os setores que mais demitiram no período estão os serviços, com eliminação de 109 mil postos de trabalho, e a construção, com menos 18 mil.

Fonte: Comunicação CONTRICOM





Centrais voltam a se reunir e articulam projeto de custeio sindical

Na primeira reunião formal de todas as centrais desde o início do governo interino, na tarde desta quarta-feira (29), as entidades começaram a se articular em torno do projeto de lei sobre custeio sindical preparado pelo deputado Adalberto Souza Galvão, o Bebeto (PSB-BA), dirigente da Força Sindical. Com algumas divergências, o texto a princípio tem consenso entre as centrais, que receiam outras iniciativas do Parlamento no sentido de retirar fontes de financiamento. "O medo é que, nesse processo, entre uma formiga e saia um elefante", afirmou um dos participantes da reunião, realizada no Dieese, na região central de São Paulo.

Na próxima segunda-feira (4), haverá outro encontro na sede do instituto, com a presença do próprio Bebeto e do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), que já participou das conversas de hoje, além do presidente da comissão especial, deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (SP), presidente do Solidariade e da Força Sindical. "Há uma aceitação geral de que deve haver uma regulamentação", observou o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. "Mas há uma preocupação com o processo legislativo", acrescentou.

O projeto apresentado na comissão especial sobre financiamento da atividade sindical altera cinco artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Nas negociações, houve

tentativa de acomodar posições do Ministério Público, que costuma se manifestar contra contribuições cobradas de trabalhadores não associados. Assim, uma das propostas – que ainda encontra certa resistência entre os sindicalistas – é de tornar todo trabalhador da base apto a votar nas eleições sindicais, independentemente de ser filiado.

No texto, a contribuição (ou imposto) sindical é mantida – corresponde a um dia de trabalho, no caso dos empregados, e varia sobre o capital social para os empregadores. É fixada uma contribuição negocial – já cobrada atualmente por parte dos sindicatos –, que seria descontada de todos os trabalhadores da categoria profissional e em todas as categorias econômicas. O valor não poderá ficar acima de 1% da remuneração bruta anual. Do total, 80% iria para os sindicatos, 5% para a federação correspondente, 5% para a confederação e 5% para a central sindical. Do restante, 4,5% seriam destinados para um conselho nacional de autorregulação sindical – cujo formato ainda está sendo discutido – e 0,5%, para inspeção e custeio.

Segundo Bebeto, o objetivo é disciplinar a questão e evitar abusos. "Estamos apenas regulamentando uma contribuição negocial para evitar que a discricionariedade continue a existir e que taxas que não são razoáveis continuem a serem praticadas", disse o deputado à Agência Câmara na semana passada.

Regras - A contribuição deve ser aprovada em assembleia convocada com pelo menos sete dias de antecedência, com exercício do direito de oposição à cobrança. Em outro artigo, o projeto estabelece que sindicatos, federações, confederações e centrais "deverão prestar



informações, quando solicitadas, à autoridade competente", sobre a aplicação de recursos vindos de contribuições e de origem pública. "As centrais concordam com a ideia de que a prestação de contas deve ser transparente", diz Clemente.

Já o conselho de autorregulação deve "fixar parâmetros mínimos de organização sindical", em relação a temas como eleições, mandato/gestão, prestação de contas, fundação e registro de entidades e definição de bases territoriais e de representação de categoria. Esses parâmetros serão considerados como condição para criar a chamada contribuição negocial, que poderá ser cobrada também no serviço público (federal, estadual e municipal).

Desde o afastamento da presidenta Dilma Rousseff não havia reuniões com todas as centrais reconhecidas formalmente. A CUT e a CTB não reconhecem o governo interino e não participam, por exemplo, das discussões sobre reforma da Previdência. Na próxima segunda (27), além da questão do custeio, também será discutida uma agenda de manifestações em defesa do emprego.

Fonte: Rede Brasil Atual

Meirelles: aumenta confiança na recuperação da economia brasileira

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que os índices de confiança dos agentes econômicos na recuperação do país já estão subindo. Ele ressaltou, porém, que

compete ao governo garantir as condições macroeconômicas, com capacidade de administrar as finanças públicas, para ser financiado de forma realista, com a arrecadação de tributos e a contração da dívida pública.

Ao participar de encontro, no Palácio do Planalto, entre o presidente da República interino Michel Temer e representantes da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, Meirelles voltou a citar declarações da ex-primeira-ministra do Reino Unido Margaret Thatcher, segundo a qual "não existe essa coisa de dinheiro público, existe apenas o dinheiro dos pagadores de impostos". Thatcher governou o Reino Unido de 1979 a 1990 e morreu em 2013, aos 87 anos.

Meirelles, que por diversas vezes, tem dito que o peso dos impostos é exagerado no Brasil, destacou que, para o governo atual, administrar bem é arrecadar apenas o necessário, com uma "carga tributária" que se reduza ao longo do tempo.

Ele reafirmou que os indicadores econômicos mostram que a queda da confiança está sendo revertida. Sobre o cenário atual, com queda do consumo, medo do desemprego e queda de produção e com os empresários temendo a retração da economia, o ministro disse que a equipe econômica está revertendo o processo para mudar "a espiral dessa situação".

O ministro destacou ainda a importância da proposta de emenda à Constituição (PEC) que limita o crescimento dos gastos públicos nos próximos anos à inflação do ano anterior como um dos fatores que darão previsibilidade e confiança aos agentes econômicos. Meirelles disse que a PEC foi bem recebida e que, com o tempo vai gerar previsibilidade. "Não são



medidas pontuais que geraram desconfiança [no passado]”, ressaltou. Para o ministro, é importante que a proposta se concretize e que se evite o aumento das despesas muito acima da inflação e sem as receitas necessárias, como ocorreu anteriormente.

Meirelles ressaltou também o acordo da dívida dos estados, que prevê limite de gastos, assim como a União. Isso tudo com outras reformas, com ações de governança e uma série de medidas consideradas fundamentais, como a reforma da Previdência, acrescentou o ministro.

Ele voltou a enfatizar que, com finanças estáveis, estados e União, tornarão possível o restabelecimento de condições para a melhora da economia e do poder de compra da moeda e a retomada da renda. E o país, certamente o país voltará a crescer, as empresas vão vender mais, produzir mais, e o governo propiciará as condições para melhorar a infraestrutura, acrescentou.

Fonte: Agência Brasil

Governo quer reavaliar auxílio-doença do INSS

Com a intenção de ajustar a economia, o governo quer reavaliar o auxílio-doença. De acordo com o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, por ano são gastos R\$ 23 bilhões com o benefício.

Desse total, 13 bilhões são destinados a pessoas que estão afastadas por motivo de saúde há mais de dois anos. Então, a proposta é que os

beneficiários sejam chamados para uma nova perícia.

O ministro destacou que os beneficiários não terão seus direitos retirados e devem aguardar, porque o governo vai avaliar o caso e divulgar as recomendações sobre as perícias. A equipe econômica também estuda mudar regras de segurança do trabalho.

Os anúncios foi feito no Palácio do Planalto, em Brasília, em reunião com cerca de 500 empresários. Durante o encontro, o presidente interino, Michel Temer, afirmou que o sucesso do país depende do êxito do setor privado. Temer reforçou a importância do apoio do empresariado, agradeceu a parceria do Congresso Nacional ao aprovar medidas prioritárias e destacou:

O presidente da Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, George Pinheiro, enumerou algumas demandas do setor, como o refinanciamento de dívidas de empresas, a regulamentação da terceirização, o incentivo às exportações e a aprovação das Reformas Trabalhista, Previdenciária, Fiscal e Política.

Destacou que a melhoria da economia depende de uma solução para a crise financeira e aconselhou. A Confederação representa mais de duas mil associações comerciais e cerca de dois milhões de empresários.

Fonte: Portal EBC



Mais de 10% dos brasileiros desempregados sofrem de depressão

Estudo divulgado nesta quinta-feira (30) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indica que, em 2013, 10,2% dos brasileiros com 18 anos ou mais que estavam fora do mercado de trabalho (um em cada dez) sofriam de algum tipo de depressão, de um total de 61,8 milhões de pessoas que não trabalhavam, nem procuravam emprego, em um universo de 93 milhões de empregados.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional de Saúde 2015 – Indicadores de Saúde e Mercado de Trabalho.

O levantamento contabilizava, na época, a existência de cerca de 160 milhões de pessoas integrando a População em Idade Ativa (PIA) do país, em um universo de 200,6 milhões de pessoas, segundo o Censo 2010.

Fonte: Portal EBC

Conselho Monetário fixa em 4,5% meta de inflação para 2018

O Conselho Monetário Nacional (CMN) fixou hoje (30) em 4,5% a meta de inflação oficial (medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA) para 2018. A margem de tolerância foi mantida em 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Com a decisão, o IPCA poderá chegar a, no máximo, 6% no próximo ano. A meta de inflação é sempre fixada com dois anos de antecedência pelo CMN, na reunião de junho do colegiado. Desde 2005, esse percentual está mantido em 4,5%.

O intervalo de tolerância está em 1,5 ponto percentual pelo segundo ano seguido. Em 2015, o CMN tinha reduzido a margem para a meta de inflação para 2017, de 2 pontos para 1,5 ponto percentual.

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Carlos Hamilton, disse que os membros do CMN não discutiram uma eventual redução da meta para menos de 4,5%. “O conselho avaliou a conjuntura macroeconômica, doméstica e externa, e julgou oportuno manter a meta em 4,5%.”

A meta de inflação definida pelo conselho tem de ser cumprida pelo Banco Central. Quando isso não ocorre, a autoridade monetária precisa informar, por carta, ao Ministério da Fazenda, os motivos do não cumprimento.

O Conselho Monetário Nacional é composto pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, pelo presidente do Banco Central, Ilan



Goldfajn, e pelo ministro interino do Planejamento, Dyogo Oliveira.

Segundo o Relatório de Inflação divulgado nessa terça-feira (28) pelo Banco Central, a autoridade monetária projeta inflação de 4,7% no próximo ano. Para 2018, o BC informou que a inflação oficial no acumulado em 12 meses deverá ficar em 4,2% em junho daquele ano, sem divulgar estimativas para o ano cheio.

Fonte: Portal EBC

Conselho propõe orçamento de R\$75,4 bi para o FAT em 2017

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) contará com um orçamento de R\$75,4 bilhões em 2017. O valor foi definido, nesta quarta-feira (29), em reunião do Conselho Deliberativo do Fundo (Codefat) realizada em Brasília (DF). O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que participou da abertura da reunião, destacou que as políticas patrocinadas pelo Fundo são importantes para reverter o atual quadro do mercado de trabalho. “O Ministério está aberto ao diálogo para garantir a continuidade destas políticas”, afirmou.

O FAT é o responsável pela liberação de recursos para pagamento aos trabalhadores dos benefícios do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial, além de fomentar políticas de geração de emprego e renda. A previsão é que, em 2017, sejam desembolsados R\$ 41,6 bilhões com o pagamento do Seguro-Desemprego e R\$ 15,7 bilhões com o do Abono Salarial. Juntos, os

benefícios custarão R\$ 57,4 bilhões ao FAT, que deverá ter um aporte de R\$ 17,2 bilhões do Tesouro Nacional para cobrir suas despesas.

O Fundo tem previsão de receitas que alcançam R\$ 57,5 bilhões, provenientes da arrecadação da contribuição PIS/PASEP pago pelas empresas, além de R\$ 16,7 bilhões em remunerações e R\$ 1,1 bilhão de outras receitas. No orçamento aprovado já estão previstos os 30% da Desvinculação de Receitas da União (DRU), no valor de R\$ 17,2 bilhões, ainda em discussão no Congresso Nacional. Ao BNDES, o FAT vai repassar, de acordo com o orçamento aprovado, R\$ 16,1 bilhões. Esta transferência está vinculada ao artigo 239 da Constituição, que destina 40% da arrecadação do Fundo ao banco.

Calendário PIS/PASEP - Na reunião desta quarta-feira também foi aprovado o calendário de pagamento do Abono Salarial (ano-base 2015) para o exercício 2016/17, que se inicia no dia 28 de julho de 2015 e segue até março de 2017. Pela tabela aprovada, os nascidos no segundo semestre (julho a dezembro) recebem neste ano (2016), enquanto os nascidos no primeiro semestre (janeiro a junho) recebem no primeiro trimestre de 2017. O presidente do Codefat, Virgílio Carvalho, destaca que este mecanismo “está associado à necessidade de garantir a saúde financeira do Fundo, para que os trabalhadores possam ter garantido o seu benefício”.

No próximo cronograma, entram em vigor as novas regras estabelecidas pela Medida Provisória 665. Aprovadas pelo Congresso Nacional, ela estabelece o critério de proporcionalidade ao pagamento do Abono. Com a mudança, o pagamento será atrelado ao número de meses trabalhados no exercício



anterior. Ou seja, se o cidadão trabalhou um mês, ele receberá 1/12 do salário mínimo, e não 100% como na regra vigente até junho de 2016.

Fonte: MT

Advogada vai receber seguro-desemprego

O fato de uma trabalhadora demitida de seu emprego ser sócia em outra empresa (administradora de imóveis) não impede que ela obtenha o recebimento de seguro-desemprego, se o empreendimento em que ela tem participação não gerou lucro nos últimos três meses, ou não teve atividade remunerada no último ano.

Nessa linha decisória, o desembargador federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, da 3ª Turma do TRF da 4ª Região negou provimento a agravo de instrumento, mantendo a obrigação da União em restabelecer o benefício a uma advogada que tem base de atuação em Joaçaba (SC).

A advogada interpôs mandado de segurança contra o chefe da Agência Regional de Trabalho e Emprego de Joaçaba (SC) e a União, na Justiça Federal de Joaçaba (SC), em novembro do ano passado, depois de ter seu seguro-desemprego cancelado após ter recebido três das cinco parcelas.

O cancelamento ocorreu porque, em consulta à Receita Federal, o Ministério do Trabalho constatou que a advogada-trabalhadora aparecia como sócia de uma empresa ativa. Em Juízo, ela comprovou que a

empresa não gerou lucros suficientes para sua subsistência durante o período.

Após decisão de primeiro grau, da juíza federal Carla Cristiane Tomm, deferindo a liminar no mandado de segurança, a União interpôs agravo. Porém, o relator do processo na 3ª Turma, negou provimento.

Segundo o julgado do TRF-4, “a circunstância de recolhimento de contribuição previdenciária como contribuinte individual, ou a mera manutenção do registro de empresa, não estão elencadas nas hipóteses de cancelamento ou suspensão do seguro-desemprego, de forma que não é possível inferir que a impetrante percebia renda própria suficiente a sua manutenção e de sua família a partir deste recolhimento, na data do pedido de seguro desemprego.” O advogado Luiz Claudio Castaldello atua em nome da impetrante. (Proc. nº 5013067-36.2016.4.04.0000).

Fonte: Jusbrasil

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luís Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)